



ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS, HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO: ENSAIO REFLEXIVO

Epistemological, historical and contemporary aspects of the psychological duty service: reflective essay

PAULO COELHO CASTELO BRANCO *

Aspectos epistemológicos, históricos y contemporáneos del servicio del plantón psicológico: ensayo reflexivo

Resumo: Este ensaio objetiva refletir os aspectos epistemológicos, históricos e contemporâneos do serviço de plantão psicológico. Situa o campo do plantão psicológico de modo a pensá-lo a partir da ideia de um serviço, e não uma abordagem ou área. Indica os aspectos epistemológicos do serviço pelo surgimento do campo do aconselhamento psicológico, pela transição da Psicologia experimental para a Psicologia aplicada, norteada pelos saberes funcionalistas, psicométricos e personalistas, em que Carl Rogers foi determinante na proposição de uma intervenção não-diretiva. Disserta como o aconselhamento não-diretivo foi recebido no Brasil e se institucionalizou como disciplina e prática de estágio em centros de formação em Psicologia, transformando-se no serviço de plantão psicológico, havendo (des)continuidades em relação à modalidade anterior. Pondera alguns aspectos contemporâneos do plantão psicológico ao reconhecer que ele: está restrito a uma prática universitária de prestação de serviço que, ainda, precisa ser consolidada no campo profissional; requer mais discussões em relação as suas aplicações *on-line*, avaliações e apropriações pela abordagem cognitiva-comportamental. Conclui que essa reflexão rerepresenta o plantão psicológico em seu passado, presente e futuro.

Palavras chave: Aconselhamento; Epistemologia; História da Psicologia; Plantão Psicológico.

Abstract: This essay aims to reflect the epistemological, historical and contemporary aspects of the psychological duty service. It situates the psychological duty field in order to think about it from the idea of a service, and not an approach or area. It indicates the service epistemological aspects by the emergence of the field of psychological counseling, by the transition from experimental psychology to applied psychology, guided by functionalist, psychometric and personalist knowledges, in which Carl Rogers was decisive in proposing a non-directive intervention. Discourses how non-directive counseling was received and institutionalized in Brazil as a discipline and internship practice in Psychology training centers, transforming itself into the psychological duty service, with (dis)continuities in relation to the previous modality. It ponders some contemporary aspects of psychological duty by recognizing that it: is restricted to a university practice of service provision that still needs to be consolidated in the professional field; requires more discussions regarding its online applications, evaluations and appropriations by the cognitive-behavioral approach. It concludes that this reflection re-presents the psychological duty in its past, present and future.

Keywords: Counselling; Epistemology; History of Psychology; Psychological Duty.

Resumen: Este ensayo pretende reflejar los aspectos epistemológicos, históricos y contemporáneos del servicio del plantón psicológico. Sitúa el campo del plantón psicológico para pensarlo desde la idea de un servicio, y no de un enfoque o área. Indica los aspectos epistemológicos del servicio por el surgimiento del campo del asesoramiento psicológico, por la transición de la psicología experimental a la psicología aplicada, guiada por saberes funcionalistas, psicométricos y personalistas, en que Carl Rogers fue determinante al proponer una intervención no-directiva. Discute cómo la consejería no-directiva fue recibida en Brasil e institucionalizada como disciplina y práctica de pasantía en los centros de formación en Psicología, transformándose en el plantón psicológico, con (des)continuidades en relación a la modalidad anterior. Se ponderan algunos aspectos contemporáneos del plantón psicológico al reconocer que éste: se restringe a una práctica universitaria de prestación de servicios que aún necesita consolidarse en el campo profesional; requiere más discusiones en cuanto a sus aplicaciones en línea, evaluaciones y apropiaciones por el enfoque cognitivo-conductual. Concluye que esta reflexión reintroduce el plantón psicológico en su pasado, presente y futuro.

Palabras-clave: Aconsejar; Epistemología; Historia de la Psicología; Guardia Psicológica.

* Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: paulocbranco@gmail.com. Orcid: 0000-0003-4071-3411



Introdução

O plantão psicológico é uma prática formativa e interventiva de atendimento psicológico de curta duração para acolher e atender demandas de sofrimento imediato (Mahfoud, 2012). Amplamente difundido em vários serviços de Psicologia, no Brasil, o plantão psicológico pode ser entendido como um campo consolidado a partir de diversas pesquisas e experiências sobre os seus mais diversos aspectos constituintes, funcionalidades e aplicações nas áreas clínicas, educacionais, organizacionais, jurídicas e em dispositivos atrelados às políticas públicas de saúde e atenção psicossocial (Silva et al., 2020; Scorsolini-Comin, 2015; Souza & Souza, 2011). Em sua concepção como um serviço, o plantão psicológico foi elaborado e desenvolvido por psicólogos humanistas de orientação rogeriana (Mahfoud, 2012; Monteiro & Bezerra, 2020). Contudo, com a disseminação dessa proposta, o serviço de plantão psicológico transcendeu sua origem humanista rogeriana e passou a ser relacionado a outras abordagens de procedência fenomenológica (Barbosa & Casarini, 2021), psicanalítica (Pereira, Aguiar, Daher & Sei, 2016) e cognitivo-comportamental (Medeiros et al., 2021), apenas para citar alguns exemplos.

Apesar deste vasto panorama de produções e ponderações acerca do plantão psicológico, investigações que organizem os seus aspectos epistemológicos e históricos são escassas, dado o caráter aplicado do serviço (Silva et al., 2020; Scorsolini-Comin, 2015; Souza & Souza, 2011). Ante esse panorama, objetiva-se (re)apresentar o serviço de plantão psicológico como um modo de atendimento clínico em seus aspectos constituintes epistemológicos, históricos e contemporâneos. Demarca-se que este artigo: é de cunho ensaístico e exploratório sobre o tema; não se restringe a uma visada metodológica historiográfica ou epistemológica específica, pois se detém a uma reflexão dotada de fluxo lógico para construir uma linha de pensamento, argumentação e exposição sobre os mencionados aspectos constitutivos do serviço de plantão psicológico. Ressalta-se, também, que esta reflexão parte da delimitação da ideia do plantão psicológico como um serviço de ajuda e não, especificamente, como uma abordagem ou área.

Em termos operacionais (Houaiss, 2009), entende-se *serviço* como uma ação profissional que intenta servir ao outro naquilo que ele solicita ou demanda, gerando-lhe um bem. Por isso, o serviço é circunscrito a um ato e não a um bem material, de modo que o seu principal valor é de ordem experiencial, embora possa ser estabelecido em termos de preço. Define-se *abordagem* como um modo de se chegar ao outro em uma relação estabelecida mediante finalidades aproximativas. Esse modo de interação é dotado de saber e pode ser operacionalizado e ensinado para possibilitar o cumprimento de tais intenções. Oriundo do campo da Matemática, o termo *área* denota o estabelecimento de um espaço que é preenchido com unidades (substâncias) e funções. Ainda que parta de uma lógica abstrata e representativa dos fenômenos do mundo, o estabelecimento de uma área implica em uma teleologia empírica sobre a natureza. É por isso que um engenheiro, por exemplo, a partir de cálculos, pode definir uma área a ser construída com diversos materiais que culminarão na edificação de algo. Com efeito, o *plantão psicológico* é um serviço relacional de ajuda que pode ser: organizado com base em uma abordagem, composta por uma teoria psicológica e um método clínico; estabelecido em diversas áreas de atuação profissional.

Partindo dessa breve lógica explicativa, primeiramente, especificam-se como essas ideias constituintes do plantão psicológico foram concebidas a partir da migração da Psicologia experimental para a Psicologia aplicada, chancelada pela disciplina e serviço de aconselhamento psicológico. Posteriormente, analisam-se historicamente como essas ideias foram recebidas no Brasil e como o serviço de aconselhamento psicológico se transformou no plantão psicológico, em suas continuidades e descontinuidades epistêmicas. Finalmente, ponderam-se alguns pontos sobre o plantão psicológico em seus exercícios, desdobramentos e desafios contemporâneos.

Aspectos epistemológicos: o advento da psicologia aplicada e do aconselhamento psicológico

Inicialmente, no século XIX, o ensino dos saberes psicológicos estava institucionalizado a partir da oferta de diversas disciplinas obrigatórias inseridas nas matrizes curriculares dos cursos de Medicina, Filosofia, Direito e Teologia, na Alemanha. Assim, os saberes psicofisiológicos e filosóficos (sobretudo kantianos) dominavam essas disciplinas que entendiam o psiquismo em termos da experiência consciente e da manifestação dos seus conteúdos por processos básicos como sensação, emoção, percepção, memória, inteligência e ação (Gundlach, 2012). A partir de alguns vetos políticos e científicos que visavam tornar a Psicologia uma ciência autônoma, os docentes dessas disciplinas começaram a organizar esses conhecimentos em um curso dotado de matriz curricular própria (Araújo, 2013). O primeiro curso de Psicologia ocorreu na Universidade de Leipzig, em 1875, mediante uma tradição de pesquisa experimental em laboratório que instigou a migração de pessoas para se formar nessa nova perspectiva e ocasionou a generalização desse modelo formativo em outras universidades alemãs (Araújo, 2009).

Não tardou e as universidades estadunidenses enviaram os seus docentes e estudantes para se qualificarem na tradição psicológica alemã. Nesse contexto, merece menção Granville Stanley Hall, que se doutorou com William James na Universidade de Harvard e foi estudar com Wundt. Ao retornar para os EUA, Hall



institucionalizou o primeiro laboratório de Psicologia americano na Universidade John Hopkins, em 1882, e fundou a *American Psychological Association* (APA), instituição que regulamenta a Psicologia nos campos da Ciência e da Profissão. Nesse sentido, Hall formou uma geração de psicólogos estadunidenses na tradição experimental, que consistia em investigar a estrutura dos processos psicológicos básicos e estabelecer suas medidas com base em instrumentos que avaliam o seu funcionamento. Dessa geração, destacaram-se John Dewey e James Cattell, fundadores e expoentes da Psicologia Funcionalista (Thorndike, 1925). Salienta-se que Cattell, também, estudou com Wundt.

Cumprir minutar que o funcionalismo é uma corrente de ideias psicológicas influenciadas pela Biologia. Nesse sentido, a experiência consciente e os seus processos básicos são entendidos como operações, ou funções adaptativas, do organismo em relação ao ambiente. Além disso, ressalta-se que, no final do século XIX e início do XX, havia um intenso processo de industrialização e urbanização que gerou diversos problemas psicossociais como o desemprego, por exemplo. Isso requereu da APA e dos cursos de Psicologia uma aplicação dos seus saberes para além das cercanias das universidades e dos seus laboratórios. Surgia, então, a Psicologia aplicada às áreas clínicas, educacionais e organizacionais (industriais) que se valiam dos conhecimentos psicométricos e dos testes psicológicos para identificar, medir, avaliar e diagnosticar os processos psicológicos em seus desajustes. É no contexto funcionalista aplicado que Dewey e Cattell ajudaram a organizar o *Teachers College* da Universidade de Columbia, um centro de formação em Psicologia Clínica e Educacional (Castelo Branco & Cirino, 2016).

Nos EUA, desenvolveu-se uma tradição de pensar a personalidade como um processo psicológico formado e mediado pelas demandas autorreguladoras do organismo e do ambiente. Nessa direção, na Universidade de Minnesota surge o serviço de aconselhamento psicológico como uma vertente aplicada. Deve-se a Frank Parsons, em 1909, a primeira sistematização desse serviço, com a finalidade de (re)orientar pessoas em sua vocação a partir do estudo e avaliação da personalidade. Posteriormente, isso foi sistematizado e ampliado segundo uma abordagem psicológica norteada pela teoria traço e fator, proposta por Edmund Williamson (Ribeiro & Uvaldo, 2007). Valendo-se dos saberes psicométricos e psicotécnicos, mediam-se os traços de personalidade e os fatores (internos e externos) que potencializavam o seu desenvolvimento e ajustamento satisfatório a um contexto social. Williamson não necessariamente se restringia a uma orientação vocacional, mas também fazia interface com a orientação educacional.

O campo do aconselhamento psicológico, como serviço aplicado em diversas áreas, era estabelecido mediante uma relação de ajuda definida por atendimentos pré-estabelecidos com início e fim, e que colocava o campo da Psicologia Clínica em uma zona fronteira, porém distinta, do campo da Psicoterapia, restrita naquela época a médicos de formação psicanalítica (Schmidt, 2009). Convém ressaltar que o serviço de aconselhamento psicológico traço e fator era estruturado conforme as seguintes etapas (Scheeffer, 1980): identificação da situação problema e de sua tensão emergente; entrevistas e avaliações para extrair informações sobre os traços de personalidade do cliente; psicodiagnóstico e *feedback* do funcionamento dos processos psicológicos envolvidos na situação; prognóstico dos efeitos disso aconselhamento propriamente dito em que se estabelecem metas; direcionamentos e estratégias para promover o ajustamento. Nisso, a teoria traço e fator proporcionava uma leitura clínica do funcionamento adaptativo da personalidade, de modo a se centrar nos aspectos racionais do cliente para entender sua situação e buscar novos modos de adaptação.

Logo, o serviço de aconselhamento se diferia do serviço de psicoterapia, por (Scorsolini-Comin, 2014): não focar o histórico de vida, mas entender como a pessoa responde à situação problema que lhe gera tensão; enfatizar os aspectos da experiência consciente e as potencialidades do indivíduo para resolver ou lidar com o problema, ao invés de investigar o inconsciente e trabalhar sob a ótica da psicopatologia, curando doenças pela identificação e remoção dos seus sintomas; estabelecer poucas sessões ao invés de iniciar um longo processo de atendimentos sem um fim definido.

Em 1928, Carl Rogers se doutorou em Psicologia Clínica e Educacional no *Teachers College* da Universidade de Columbia, sob a orientação de Leta Stetter Hollingworth, uma expoente do funcionalismo clínico infantil. Ali ele desenvolveu um inventário traço e fator para aplicar em crianças consideradas desajustadas (Castelo Branco, 2019a). Após isso, Rogers (1939/1978) trabalhou como diretor e psicólogo do *Rochester Society for the Prevention of Cruelty to Children*, onde destacou o aconselhamento como um serviço dotado de métodos empregados por psicólogos que não, necessariamente, restringem-se a uma teoria, mas a técnicas que objetivam impulsionar o indivíduo em direção a uma adaptação social satisfatória.

Rogers (1942/2005) manteve relações com a escola de aconselhamento desenvolvida na Universidade de Minnesota, ao passo que em uma conferência lá proferida, em 1940, estabeleceu algumas antigas e novas perspectivas de consulta psicológica, tecendo diversas críticas às técnicas empregadas pela perspectiva de Williamson. A despeito disso, Rogers (1942/2005) continuou pensando o aconselhamento como um serviço de ajuda com entrevistas pontuais que objetivam uma adaptação satisfatória do indivíduo pela reorganização de sua personalidade. Esse serviço se distingue do ofício da psicoterapia, por não requerer contatos mais prolongados, orientados para uma reestruturação mais profunda da personalidade (Rogers & Dymond, 1954). Contudo, pioneiramente, Rogers (1942/2005) assinala a hipótese de que uma boa relação de aconselhamento psicológico não difere de uma psicoterapia intensa e exitosa.

Em decorrência do contexto da Segunda Guerra Mundial, houve uma reserva de mercado para mais



serviços de psicoterapia, dado que muitos médicos foram servir na Europa. Chancelado pela APA, Rogers (1951/1992) recebeu a permissão para desenvolver pesquisas e intervenções no campo da psicoterapia pelo viés do aconselhamento psicológico. Para isso, Rogers (1947/2008) estabeleceu a personalidade e sua mudança como o seu objeto de estudo e intervenção. Ao longo dos anos de 1940 a 1963, nas Universidades de Ohio, Chicago e Wisconsin, ele formou diversos doutores e professores para atuar, no que foi entendido (Castelo Branco, 2019a): inicialmente, como *método não-diretivo* (Rogers, 1942/2005); depois, como *aconselhamento centrado no cliente* (Rogers, 1947/2008); em seguida, como *terapia centrada no cliente* (Rogers, 1951/1992).

A partir de um vasto panorama de pesquisas, gravações e publicações, Rogers conseguiu comprovar a sua hipótese pulverizando as fronteiras entre os serviços de aconselhamento e psicoterapia (Scorsolini-Comin, 2014), em um referencial teórico e metodológico clínico fundado e constituído a partir dos axiomas da não-diretividade e da centralidade. Estes expressam uma postura relacional de respeito ao processo do outro, em que o terapeuta usa dos seus recursos pessoais e relacionais para proporcionar ao cliente um contato com as vivências do problema, com base no acesso e na expressão das potencialidades para responder à situação de uma forma satisfatória e ajustada, em função das experiências pessoais do cliente, e não em função do ambiente ou do terapeuta (Castelo Branco, 2019b). Não cabe ao clínico, em suma, direcionar o processo do cliente, mas possibilitar que este o acesse, a partir de contatos, (re)elaborações e (re)posicionamentos ante a situação. Para isso, recorre-se a uma abordagem teórica e relacional (terapia centrada no cliente) que fornece recursos clínicos para se centrar na experiência alheia (Rogers, 1951/1992). Ulteriormente, após ser implicada para além do âmbito clínico e da mudança de personalidade, essa perspectiva foi alcunhada de *abordagem centrada no cliente* e, finalmente, como *abordagem centrada na pessoa*, incorporando os trabalhos educacionais e grupais desenvolvidos por Rogers e sua equipe (Castelo Branco, 2019a).

Rogers propõe um modelo de clínica que não se baseia ou parte de recursos psicométricos, técnicos e (psico)diagnósticos para estabelecer uma relação de ajuda. Tanto em um serviço de aconselhamento psicológico de curta duração quanto de psicoterapia de longa duração, o foco é a personalidade e sua mudança, seja nos aspectos mais superficiais de alteração da percepção sobre um problema ou profundos de modificação do comportamento (Rogers & Dymond, 1954; Castelo Branco, 2022).

Assim, Rogers retira o aconselhamento psicológico do campo de orientação vocacional e educacional para o ajustamento de uma boa conduta em prol da sociedade (Schmidt, 2009); situa uma proposta que estabelece uma ponte para a psicoterapia como um ofício da Psicologia Clínica e retira a exclusividade da psicoterapia dos médicos de formação psicanalítica freudiana ou pós-freudiana¹ (Castelo Branco, 2019a); cria a primeira teoria e prática psicoterapêutica concebida, fundamentada e pesquisada com base em um delineamento quase-experimental, em consonância ao discurso da ciência positivista de sua época, para avaliar a eficiência e os efeitos de sua proposta terapêutica (Rogers & Dymond, 1954; Castelo Branco, 2022). Em decorrência disso, a partir dos anos 1950, a formação do psicólogo começou a incluir o ofício da psicoterapia como possibilidade de atuação na área clínica, independente da demanda e tipologia do cliente e focada em atitudes relacionais que desencadeiam um processo de ajuda (Castelo Branco, 2019a). Posteriormente, surgiram outras correntes de psicoterapia em (contra)referência a Rogers, como a focalização (Gendlin, 1978/2007) e a análise funcional do comportamento (Samson & McDonnell, 1990), por exemplo.

Portanto, o aconselhamento psicológico se circunscreve epistemologicamente como uma perspectiva funcionalista e personalista de Psicologia aplicada que originalmente surgiu nas fronteiras das áreas clínicas, educacionais e organizacionais. Em uma perspectiva que usa um método não-diretivo (Rogers, 1942/2005) e centrado no cliente (Rogers, 1951/1992), define-se como um serviço clínico de curta duração, que foca problemas situacionais tratados a partir da ênfase nas potencialidades e nos recursos pessoais do cliente (Schmidt, 2009; Scorsolini-Comin, 2014; Castelo Branco & Cirino, 2016). Além disso, em termos formativos, o aconselhamento psicológico se constituiu como uma disciplina (teórica e prática) disponível nas variadas matrizes curriculares dos cursos de Psicologia, contribuindo para a sua autonomia em relação aos saberes médicos.

Aspectos históricos: a recepção do aconselhamento psicológico no Brasil e sua hibridização para o plantão psicológico

Assim como na Alemanha, a Psicologia inicialmente foi instituída no Brasil a partir de disciplinas em cursos de Medicina, Pedagogia e nas Escolas Normais, no final do século XIX e início do XX (Soares, 2010). Os conhecimentos relacionados ao aconselhamento psicológico, entretanto, circularam no Brasil em paralelo à constituição do saber rogeriano, nos anos de 1940-1950, pelo intermédio de Mariana Alvim, Antonius Benkö e Ruth Scheeffeffer (Gomes, Holanda & Gauer, 2004). Em 1945, Alvim estudou com Rogers e, após isso, trabalhou no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. Scheeffeffer estudou no *Teachers College* entrando em contato com as perspectivas de Williamson e Rogers. Junto com Benkö, que tinha uma formação rogeriana, ela constituiu o corpo docente do primeiro curso de Psicologia instituído no Brasil, em 1953, na PUC - Rio de Janeiro que, pela influência deles, contava com um serviço e uma disciplina

¹ É interessante reparar que as abordagens psicoterápicas, originalmente, foram estabelecidas por médicos como Freud, Jung, Adler, Lacan, Moreno, Frankl, Binswanger, Boss, Perls etc.



de aconselhamento psicológico (Castelo Branco & Cirino, 2017). Benkö, em 1962, esteve na comissão que elaborou os documentos que regulamentaram a profissão do psicólogo no Brasil (Soares, 2010). Assim, o aconselhamento psicológico, pelo discurso da Psicologia aplicada para solucionar problemas de ajustamento, contribuiu como componente formativo obrigatório de psicólogos e na assunção da Psicologia como ciência e profissão autônoma no Brasil (Mota, Veras, Varella, & Miranda, 2019).

Ainda no Rio de Janeiro, entre 1938-1942, Oswaldo de Barros Santos dirigiu o Gabinete de Psicotécnica da Escola Técnica Getúlio Vargas, onde escreveu o primeiro livro nacional sobre orientação vocacional (Soares, 2010). Formado em Educação Física, Barros obteve uma graduação posterior em Psicologia Clínica na Universidade da Florida e se pós-graduou, em 1957, na Universidade de Columbia. Norteado pela perspectiva rogeriana, ao retornar para o Brasil, Santos ajudou a implementar o setor de Psicologia Clínica na PUC-Campinas, fundou o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e coordenou o primeiro curso brasileiro de aconselhamento psicológico não-diretivo (Castelo Branco & Cirino, 2017).

No IPUSP, formou-se Rachel Lea Rosenberg, em 1967, que posteriormente se tornou docente dessa instituição. Junto com Iara Iavelberg, ela organizou um serviço de aconselhamento no Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Atuante na abordagem não-diretiva, Rosenberg se tornou colaboradora de Rogers, chegando a publicar um livro com ele (*A Pessoa como Centro*, publicado em 1983) e a mediar sua vinda para o Brasil (Castelo Branco & Cirino, 2017). Com a perseguição militar, Santos, Rosenberg e Iavelberg deslocaram esse serviço para o IPUSP e estabeleceram o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP). Seguindo a lógica presente nos centros de psicologia aplicada, qualquer cliente ao chegar à instituição passava por uma triagem individualizada com o intuito de identificar sua demanda e encaminhá-lo para o serviço condizente. Havia estagiários disponíveis para realizar tal tarefa durante turnos pré-definidos. Contudo, ante a tensão que impulsionava o pedido de ajuda, no primeiro contato com um psicólogo formando, os clientes solicitavam uma escuta e uma intervenção, muitas vezes não esperando a conclusão da triagem e o encaminhamento para outro serviço. Além disso, dependendo do tipo de demanda e nível de sofrimento, muitos clientes não conseguiam enfrentar uma fila de espera (Amorim, Andrade, & Castelo Branco, 2015).

Como estava disponível na abordagem não-diretiva e centrada no cliente uma sustentação clínica de acolhimento e intervenção que independia da demanda (Rogers, 1942/2005), muitos desses estagiários começaram a empregar esses recursos no momento da triagem, com a intenção de aliviar a tensão dos clientes, sem se prender a uma lógica temporal clássica de psicoterapia. Percebendo a potencialidade disso, os supervisores começaram a dar mais liberdade para os estagiários exercerem essa atitude nos primeiros contatos com os clientes. Para as demandas mais graves que necessitavam de mais trabalho, havia a possibilidade de retornos. Para demandas mais pontuais, o momento imediato do encontro era realizado como o atendimento em si. Caso houvesse a necessidade de encaminhamento para outro serviço, também, competia ao estagiário fazer tal função. Com isso, nasce o plantão psicológico (Amorim et al., 2015).

Em suma, a partir de uma interface entre o regime de plantão, aconselhamento não-diretivo e o serviço de triagem, o plantão psicológico assumia as seguintes características: (1) regime de *plantão*, ou seja, a ideia de terapeutas trabalhando em turnos pré-definidos atendendo sem o estabelecimento prévio de uma duração por atendimento, em respeito ao processo do cliente; (2) flexibilidade para triar e encaminhar, se houver necessidade, ou utilizar o próprio serviço para desenvolver um processo de ajuda imediato.

O serviço de plantão psicológico conservou como características do aconselhamento psicológico as faculdades de: (1) possibilitar a sustentação clínica em uma abordagem não-diretiva e centrada no cliente; (2) uma disponibilidade relacional para acolher e intervir sobre qualquer tipo de demanda, independente da tipologia e do problema em voga; (3) ser uma terapia de curta duração, exercida de forma mais radical ao trabalhar com menos sessões, de uma a três, não se centrando na história de vida do cliente ou empregando instrumentos e medidas para estabelecer um psicodiagnóstico; (4) ênfase nas potencialidades para lidar com a situação problema que gerou a tensão e o pedido de ajuda; (5) ser um serviço de caráter formativo de psicólogos clínicos.

Entretanto, o serviço de plantão psicológico se distingue do serviço de aconselhamento psicológico por não se restringir ao reajustamento nem à mudança de personalidade como os objetivos clínicos, mas focar em acolher e aliviar o sofrimento no momento imediato de sua emergência – embora os atendimentos possam proporcionar reorganizações de personalidade e reajustamentos. Ademais, se difere por, também, acolher e intervir em casos de emergência e urgência (demandas suicidas, por exemplo), em que não é possível para o cliente esperar ser atendido em outra ocasião. O plantão psicológico serve, ainda, como uma possibilidade de entrada para outros serviços clínicos, como aconselhamento psicológico, psicoterapia, avaliação psicológica etc. Conquanto tenha partido do aconselhamento psicológico, o plantão psicológico se hibridizou e se tornou um serviço com qualidades próprias.

Nos idos da década de 1970, o plantão psicológico transcendeu o SAP-IPUSP, passando a funcionar sob a tutela de Rosenberg no Centro de Desenvolvimento da Pessoa no Instituto *Sedes Sapientiae*, em São Paulo. Na década de 1980, essas duas instituições formaram diversos psicólogos clínicos. Em 1987, é publicado o primeiro texto sobre o plantão psicológico, de autoria de Miguel Mahfoud, intitulado *A vivência de um desafio: plantão psicológico*, no livro organizado por Rosenberg, *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa* (Amorim, et al., 2015), republicado posteriormente em outro livro (Mahfoud, 2012).



Nos anos seguintes, o plantão psicológico se disseminou no Brasil como um conteúdo a ser ensinado em disciplinas de aconselhamento psicológico; um serviço de formação clínica; uma atividade de extensão e de pesquisa, em nível de graduação e pós-graduação (Scorsolini-Comin, 2015). Esse fenômeno passou a ser alvo de discussões no Conselho Federal de Psicologia que, na década de 1990, reconheceu o plantão psicológico como uma perspectiva de terapia emergente e distinta da psicoterapia, por trabalhar com situações de caráter focal, de emergência e urgência, romper com as técnicas clínicas tradicionais e aguardar por mais avaliações sobre a sua eficácia, em instituições de ensino superior (Mahfoud, 2012).

Nesse contexto expansionista e de reconhecimento profissional, o plantão psicológico passou a ser aplicado em outras áreas além da Clínica, fazendo inclusive interface com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Atenção Social (SUAS), conservando sua vocação institucional aplicada oriunda do aconselhamento psicológico (Amorim et al., 2015). Nessa disseminação, o plantão psicológico deixou de se restringir à abordagem rogeriana e passou a ser abordado segundo outras perspectivas de Psicologia (Souza & Souza, 2011; Scorsolini-Comin, 2015; Silva, et al., 2021). Assim, o plantão psicológico transcende abordagens e áreas, tratando-se de um conhecimento e serviço psicológico de origem nacional.

Aspectos contemporâneos: ponderações sobre os desafios presentes na disseminação do plantão psicológico

Decerto, o plantão psicológico hoje pode ser considerado um campo de estudos, formação e intervenção consolidado. Além disso, esse serviço ajudou a popularizar o campo do aconselhamento psicológico e os referenciais humanísticos e fenomenológico-existenciais no Brasil. Em termos de ponderação, arrisca-se a inferência de que esse serviço, atualmente, é mais empregado nas clínicas-escola, em atividades de estágio e extensão, do que o aconselhamento psicológico (Amaral et al., 2012). Este é mais difundido e, equivocadamente, reduzido às esferas organizacionais e educacionais de orientação profissional e vocacional (Schmidt, 2009).

Outra ponderação é que, a despeito dessa consolidação, o plantão psicológico ainda circula predominantemente nas cercanias formativas do ensino superior. Em termos profissionais, é incomum encontrar psicólogo(a)s que ofereçam esse serviço, sem alguma vinculação com a universidade, nas redes privada e pública. Cabe, pois, questionar se o plantão psicológico se restringe a um anteparo formativo de alguma abordagem psicológica que será exercida em termos de outros serviços, como a psicoterapia, após a graduação. Isso, talvez, seja uma herança do aconselhamento psicológico, que foi concebido e aperfeiçoado nas adjacências universitárias (Scheffer, 1980). Embora tenham uma finalidade de atendimento à população, as clínicas-escola prioritariamente servem de base para a formação de psicólogos e a criação de métodos (Soares, 2010). Essas finalidades educativas parecem adornar mais o plantão psicológico do que o exercício de suas finalidades profissionais fora da universidade.

No âmbito da atuação nas esferas públicas de saúde e atenção social, o plantão psicológico tem sido amplamente empregado, sobretudo, por não ser uma psicoterapia, mas operacionalizar intensos elementos terapêuticos em uma relação de curta duração com finalidades preventivas e de promoção da saúde (Amorim et al., 2015). Entretanto, tal como considerado no parágrafo anterior, a prática do plantão psicológico no SUS e no SUAS, geralmente, é relacionada a alguma atividade formativa, de pesquisa ou extensão universitária, em parceria ou tutorada pelos psicólogos do dispositivo.

Assim, não obstante tenha uma vocação institucional de aplicação ampla, parece ser difícil institucionalizar o plantão psicológico no campo profissional, com independência e autonomia em relação à universidade. Esta, sem dúvida, chancela o plantão psicológico. Contudo, pondera-se que essa prática, também, pode ter capilaridade nos diversos locais de atuação do psicólogo sem depender das universidades. Considera-se que essa dificuldade decorre de fatores temporais e espaciais. Por exemplo, na lógica privada, se um psicólogo ficar quatro a seis horas de plantão à disposição de clientes que podem ou não o procurar, como ficaria a questão dos honorários? No domínio público, muitas vezes, o psicólogo precisa desempenhar outras funções além daquelas terapêuticas, dificultando o regime de plantão. Em termos espaciais, por vezes, não é possível alocar o número suficiente de salas e de profissionais para receber clientes que chegam sem aviso prévio. Por esses fatores, a disponibilidade de uma vasta mão de obra universitária, qualificada, não remunerada, disposta a apreender, servir ao outro e a contribuir com o funcionamento de uma instituição, tem sido necessária. Entretanto, isso embarga a contratação de mais psicólogos para atuar profissionalmente com esse serviço, limitando-o a uma disciplina formativa.

A partir dessas ponderações, observa-se que o serviço de plantão psicológico, a despeito de permanecer firmado como uma prática formativa de prestação de serviço, ainda precisa ser consolidado como uma prática profissional que suscite a contratação de psicólogos para exercer esse ofício em diferentes áreas de atuação.

Com a propagação dos chamados atendimentos *on-line*, sobretudo em período de isolamento social durante a pandemia gerada pelo COVID-19, muitos terapeutas têm oferecido o serviço de plantão psicológico *on-line* usando recursos computacionais, de telefonia e programas de videoconferência. Tal prática gerou alguns relatos de experiência sobre a imersão de plantonistas, vinculados a instituições de ensino superior, sobre esse contexto (Barcellos, Ferreira, Santos, & Rota, 2020; Pereira et al., 2021; Bezerra, Moura, & Dutra,



2021). No entanto, trata-se de uma proposição controversa, dado que o Conselho Federal de Psicologia (2020) na resolução número 11/2018 que regulamenta o atendimento *on-line*: no artigo 2, derruba o caráter experimental dessa modalidade permitindo que ela seja empregada sem o rigor da pesquisa científica; no artigo 6, estabelece uma obrigatoriedade de cadastro individual no conselho regional do profissional; nos artigos 8 e 9, estabelece que atendimentos em casos de urgência, emergência e desastres são inadequados, devendo a prestação desses serviços ocorrer de modo presencial, o mesmo acontecendo com demandas de violência e violação de direitos.

As implicações disso para o plantão psicológico *on-line* são que: se vinculado a um caráter formativo, resguardado pela pesquisa e extensão, tal prática segue com a sua tradição universitária e ganha nova complexidade e forma; mas se exercido fora desse cenário, no âmbito profissional, pelo item 6 contraria o caráter formativo do item 2, pois somente permite o exercício por psicólogos formados e registrados no conselho; os artigos 8 e 9 impossibilitam os atendimentos em casos de urgência, emergência e violência, os quais são corriqueiros e característicos no plantão psicológico. Assim, a concepção do plantão psicológico como uma modalidade de atendimento *on-line* requer mais discussões e pesquisas nos âmbitos da ciência e da profissão. Trata-se, portanto, de um desafio recente que requer nossa atenção.

Outra questão, desdobrada das práticas presenciais e *on-line* do plantão psicológico remete à validação de suas aplicações. Por um lado, é possível observar a possibilidade da avaliação do serviço a partir de um delineamento de pesquisa qualitativa que considera isso a partir da percepção dos plantonistas e da satisfação dos seus usuários (Ortolan & Sei, 2019, 2021); por outro, a partir da apropriação do serviço por outras abordagens, como a cognitiva-comportamental, surgem outras possibilidades de intervenção e avaliação com base em outros delineamentos de pesquisa, mais atinentes às abordagens quantitativas e com restrições de atendimentos a certos tipos de demanda (Medeiros et al., 2021; Souza & Donadon, 2021). Logo, em um cenário em que o discurso das práticas de psicoterapias baseadas em evidências comparece como norteador e delimitador de muitas intervenções, serviços e abordagens, onde as vertentes cognitivas comportamentais possuem destaque (Hoffman & Hayes, 2021) – dado os seus tipos de pesquisa englobarem avaliações quantitativas sobre a eficiência e os efeitos de suas intervenções sobre diversas demandas e contextos usando de amostras grandes –, o plantão psicológico pode rumar para uma meta-prática ou meta-proposta distante de suas origens humanistas rogerianas.

Assim, o emprego do plantão psicológico em suas questões relacionadas ao acolhimento imediato e (não) planejamento do encontro requer mais atenção em nível de pesquisa e discussão, retomando-se a questão do emprego dos métodos diretos e não-diretos na condução do processo terapêutico (Rogers, 1942/2005) e discutindo certas habilidades e intervenções interpessoais em diálogo com as práticas de psicologia baseada em evidências (Stenzel, 2021). Este caminho parece se tornar inevitável com a disseminação do plantão psicológico para outras vertentes fora dos campos humanistas e fenomenológicos.

Considerações Finais

Este artigo, de cunho ensaístico e exploratório, objetivou refletir o serviço do plantão psicológico em seus aspectos epistemológicos, históricos e contemporâneos. Para isso, retomou-se a ideia do plantão psicológico como um serviço de ajuda.

De um ponto de vista epistemológico, o advento dessa ideia pela institucionalização da Psicologia a partir de dos seus afluentes experimentais, funcionalistas, personalistas, psicométricos e aplicados culminaram no serviço de aconselhamento psicológico. Essa perspectiva, todavia, foi reelaborada por Carl Rogers que inaugurou uma tendência de aconselhamento psicológico não-diretivo dotada de proposições mais focadas no presente imediato da relação, nas atitudes do terapeuta e no processo do cliente.

Sob uma égide histórica, essa perspectiva de aconselhamento psicológico não-diretivo foi recebida, circulou e se institucionalizou no Brasil, nos anos de 1940-1960, em disciplinas e práticas de estágio em instituições de ensino superior cariocas e paulistas; porém, sofrendo hibridizações que geraram a assunção do plantão psicológico, nas décadas de 1970-1980. Nos anos ulteriores, ocorreu uma expansão para outras abordagens e áreas.

No que concerne aos aspectos contemporâneos presentes no plantão psicológico, reconhece-se esse serviço como um campo consolidado de estudos e práticas que possibilitam um acesso às perspectivas humanistas, fenomenológicas e existenciais de Psicologia, além de possibilitar um acesso ao campo do aconselhamento psicológico. Entretanto, o plantão psicológico ainda é amplamente empregado nas cercanias universitárias, estando esse serviço mais filiado a um recurso formativo-acadêmico do que um exercício profissional. Em sua manifestação mais recente, em razão da pandemia de COVID-19, o plantão psicológico tem sido utilizado nas modalidades de atendimento *on-line*; e, também, está sendo apropriado e avaliado pela perspectiva da terapia cognitiva-comportamental. Isso suscita a necessidade de pesquisas e novas discussões sobre o lugar, os limites e as transformações do plantão psicológico, para além de suas matrizes relacionadas ao aconselhamento não-diretivo.

Como limite deste estudo, novamente, reconhece-se que ele não partiu de uma estratégia de pesquisa epistemológica ou historiográfica sobre a institucionalização do plantão psicológico, pois tem um cunho re-



flexivo, ensaístico e exploratório que pretende lançar bases para futuras pesquisas nesse âmbito metodológico. Incentiva-se, também, pesquisas empíricas que mapeiem e identifiquem as transformações e variações dos serviços de plantão psicológico no Brasil, assim como se estimula mais pesquisas avaliativas sobre essas práticas, sobretudo, em suas aplicações *on-line*. Conclui-se que esse fluxo de exposição reflexiva proporciona uma rerepresentação do plantão psicológico em uma lógica que pensa o passado, o presente e o futuro desse serviço.

Referências

- Amaral, A., Luca, L., Rodrigues, T., Leite, C., Lopes, F., & Silva, M. (2012). Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 37-52. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a05.pdf>
- Amorim, F., Andrade, A., & Castelo Branco, P. (2015). Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. *Contextos Clínicos*, 8(2), 141-152, 2015. doi: 10.4013/ctc.2015.82.03
- Araujo, S. (2009). Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. *Temas em Psicologia*, 17(1), 09-14. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a02.pdf>
- Araujo, S. (2013). O Manifesto dos filósofos alemães contra a psicologia experimental: introdução, tradução e comentários. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 13(1), 298-311. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v13n1/v13n1a18.pdf>
- Barbosa, F., & Casarini, K. (2021). Intervenções em plantão psicológico humanista-fenomenológico: pesquisa em serviço-escola. *Psicologia em Estudo*, 26, 01-16. doi: [10.4025/psicolestud.v26i0.46700](https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.46700)
- Barcellos, A., Ferreira, M., Santos, M., & Rota, C. (2020). Plantão Psicológico Online em Tempos de Pandemia: Um relato de Experiência. *Revista Unimontes Científica*, 22(2), 1-15. doi: 10.46551/ruc.v22n2a10
- Bezerra, C., Moura, K., & Dutra, E. (2021). Plantão psicológico on-line a estudantes universitários durante a pandemia da Covid-19. *Revista do Nufen: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 13(2). doi: [10.26823/nufen.v13i2.22515](https://doi.org/10.26823/nufen.v13i2.22515)
- Castelo Branco, P. (2019a). *Fundamentos epistemológicos da abordagem centrada na pessoa*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Castelo Branco, P. (2019b). Do acolhimento da queixa à compreensão da demanda na terapia centrada no cliente. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 21(3), 13-24. Disponível em: https://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=309
- Castelo Branco, P., & Cirino, S. (2016). Funcionalismo e pragmatismo na teoria de Carl Rogers: apontamentos históricos. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 22(1), 12-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v22n1/v22n1a03.pdf>
- Castelo Branco, P., & Cirino, S. (2017). Recepção e Circulação da Psicologia Humanista de Carl Rogers no Brasil. *Revista de Psicologia (Santiago)*, 26(2), 106-117. doi: 10.5354/0719-0581.2017.47954
- Castelo Branco, P. (2022). As pesquisas clínicas coordenadas por Carl Rogers: apontamentos metodológicos e repercussões. *Psicologia em Pesquisa*, 16(2), 01-24. doi: [10.34019/1982-1247.2022.v16.31533](https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.31533)
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *CFP publica nova resolução sobre atendimento psicológico on-line*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-nova-resolucao-sobre-atendimento-psicologico-online/>
- Gendlin, E. (2007). *Focusing* (2a ed.). New York: Bantam Books. (Originalmente publicado em 1978).
- Gomes, W., Holanda, A., & Gauer, G. (2004). História das abordagens humanistas em psicologia no Brasil. Em M. Massimi (Org.), *História da psicologia no Brasil do século XX* (pp. 105-129). São Paulo, Brasil: E.P.U.
- Gundlach, H. (2012). A psicologia como ciência e como disciplina: o caso da Alemanha. Em S. Araujo (Org.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (pp. 133-165., S. Araujo, Trad.). Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Hofmann, S., & Hayes, S. (2021). História e situação atual da TCC como uma terapia baseada em evidências. Em *Terapia cognitivo-comportamental baseada em processos: ciência e competências clínicas* (pp. 13-25., S. Rosa, Trad.). Porto Alegre: Artmed.



- Houaiss, A. (2009). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mahfoud, M. (2012). A vivência de um desafio: o plantão psicológico. Em M. Mahfoud (Org.). *Plantão psicológico: novos horizontes* (pp. 17-30). São Paulo: Companhia Ilimitada.
- Medeiros, A., Vieira, O., Beraldo, E., Santos, F., Silveira, E., Lima-Filho, L., & Santana, S. (2021). Plantão psicológico cognitivo-comportamental na pandemia da CoViD-19. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 17(1), 58-65. doi: [10.5935/1808-5687.20210008](https://doi.org/10.5935/1808-5687.20210008)
- Monteiro, C., & Bezerra, E. (2020). Implantação e implementação de um serviço de plantão psicológico centrado na pessoa. *Saúde & Ciência*, 9(1), 58-77. doi: [10.35572/rsc.v9i1.380](https://doi.org/10.35572/rsc.v9i1.380)
- Mota, A., Veras, A., Varella, A., & Miranda, R. (2019). Modelos de saúde mental e doença mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 23-35. doi: [10.36482/1809-5267.ARB2019v71i3p.23-35](https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i3p.23-35)
- Ortolan, M., & Sei, M. (2019). Avaliação do plantão psicológico de um serviço-escola de Psicologia. *Interação em Psicologia*, 23(2), 104-113. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/56248/39207>
- Ortolan, M., & Sei, M. (2021). Plantão psicológico on-line: a experiência da clínica psicológica da UEL no contexto da Covid-19. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 23(3), 21-31. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v23n3a04.pdf>
- Pereira, G., Aguiar, M., Daher, A., & Sei, M. (2016). Plantão psicológico psicanalítico e diagnóstico: relato de um caso clínico. *Psicologia em foco*, 6(1), 01-19. Disponível em <https://periodicos.piodecimo.edu.br/online/index.php/psicologioemfoco/article/view/188/276>
- Pereira, M., Trajano, A., Caversan, H., Moreira, S., & Tibiracá, V. (2021). Plantão psicológico: a prática de acolhimento on-line durante a pandemia da COVID-19. *Revista de Extensão da UPE*, 6(Especial COVID-19), 39-51. Recuperado de <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/96>
- Ribeiro, M., & Uvaldo, M. (2007). Frank Parsons: trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Vocacional*, 8(1), 19-31. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a03.pdf>
- Rogers, C. (1978). *O tratamento clínico da criança problema* (U. Arantes, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1939).
- Rogers, C. (1992). *Terapia centrada no cliente* (C. Bartalotti, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1951).
- Rogers, C. (2005). *Psicoterapia e consulta psicológica* (M. J. Ferreira, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1942).
- Rogers, C. (2008). Algumas observações sobre a organização da personalidade. In J. Wood (Org.). *Abordagem centrada na pessoa* (pp. 45-70). Vitória: EDUFES. (Original publicado em 1947).
- Rogers, C., & Dymond, R. (Eds.). (1954). *Psychotherapy and personality change*. Chicago: University of Chicago Press.
- Samson, D., & McDonnell, A. (1990). Functional analysis and challenging behaviours. *Behavioral and Cognitive Psychotherapy*, 18(4), 259-271. doi:10.1017/S0141347300010363
- Scheeffer, R. (1980). *Aconselhamento psicológico*. São Paulo: Atlas.
- Schmidt, M. (2009). O nome, a taxonomia e o campo do aconselhamento psicológico. Em H. Morato., C. Barreto., & A. Nunes. (Coords.). *Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial* (pp. 01-21). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- Scorsolini-Comin, F. (2014). Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. *Contextos Clínicos*, 7(1), 02-14. doi: [10.4013/ctc.2014.71.01](https://doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01)
- Scorsolini-Comin, F. (2015). Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. *Psico-USF*, 20(1), 163-173. doi: [10.1590/1413-82712015200115](https://doi.org/10.1590/1413-82712015200115)



- Silva, C., Silva, S., Tomaz, R., Daccache, M., Moreira, T., Araújo, J., & Santos, L. (2020). Um encontro com o inesperado no plantão psicológico: revisão sistemática. *Revista em Saúde, 1*(1), 01-17. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/saudefaceg/article/view/6925/3573>
- Soares, A. (2010). A psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão, 30*(esp.), 8-41. doi: [10.1590/S1414-98932010000500002](https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002)
- Souza, A., & Donadon, M. (2021). Terapia cognitivo comportamental em um caso clínico de depressão: atendimento psicológico na modalidade on-line. *Revista Eixo, 11*(1), 94-103. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/908/597>
- Souza, B., & Souza, A. (2011). Plantão psicológico no Brasil (1997-2009): Saberes e práticas compartilhados. *Estudos de Psicologia (Campinas), 28*(2), 241-249. doi: [10.1590/S0103-166X2011000200011](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200011)
- Stenzel, L. (2021). Habilidades terapêuticas interpessoais: A retomada de Carl Rogers na prática da psicologia baseada em evidências. *Psicologia Clínica, 33*(3), 557-576. doi: [10.33208/PC1980-5438v0033n03A09](https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A09)
- Thorndike, E. (1925). Biographical memoir of Granville Stanley Hall. *National Academy of Sciences, XII*. Disponível em: <http://www.nasonline.org/publications/biographical-memoirs/memoir-pdfs/hall-g-stanley.pdf>

Recebido em – Aceito em 12.03.2022